

*7 de janeiro de 2009*

### *O genocídio como política de Estado*

A enorme exibição de força destrutiva aplicada por Israel no bombardeio e invasão do território palestino, depois de um prolongado cerco de quinze meses que impediu a entrada de comida e o abastecimento de água e luz, pode na verdade ser também uma demonstração de fraqueza.

A escolha da data da ação militar – três dias após o marco histórico milenar em que os cristãos comemoram o nascimento do Filho de seu Deus – mais tarde entregue pelos judeus à autoridade romana para ser executado – não esconde a tentativa de criar um fato político que leve à vitória do Kadima, partido no poder criado pelo general Ariel Sharon, nas próximas eleições. Situado em segundo lugar nas pesquisas, atrás do Likud, agremiação de extrema direita de Benjamin Netanyahu, e assolado por acusações de corrupção contra o primeiro-ministro Ehud Olmert, o Kadima necessita exorcizar os fantasmas dos colonos judeus trazidos principalmente da Europa Oriental sob o argumento da Terra Prometida – ainda que isso se faça com o emprego de uma monumental força militar – e estabelecer a paz em uma região conturbada por longos anos de conflito, mesmo que esta possa ser a paz dos cemitérios.

Não é a primeira vez que Israel exerce o seu impressionante poderio bélico, de forma desproporcional à capacidade de retaliação do adversário. Há alguns atrás, sob o pretexto de resgatar três soldados capturados pela milícia Hezbollah, as forças armadas do país despejaram no Líbano, durante uma campanha bélica de trinta e poucos dias, mais do que o total de bombas lançadas ao longo de toda a Segunda Guerra Mundial.

Não apenas deixaram de alcançar o seu objetivo como levaram alguns analistas da Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) – que encarna hoje o próprio coração do país na sua busca por território e poder – a considerar a ação um fracasso, principalmente depois da perda de quase

cem soldados durante os ataques. Por outro lado, muitos observadores pensam que esse uso desmedido de força pode na verdade refletir uma condição ainda mais frágil, indicativa da transformação de Israel de estado-associado a estado-cliente dos Estados Unidos, agindo assim como um país títere.

Com o emprego de uma alta tecnologia letal sobre a indefesa população palestina, semelhante em efeitos visuais aos utilizados pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo e na invasão do Iraque, o Estado judeu parece estar desovando sobre o povo de Gaza a última geração de equipamento militar, fabricado em muitos casos especialmente para essa finalidade, como helicópteros projetados para aniquilar líderes inimigos na sala de jantar de suas casas e bombas de fragmentação dotadas de material radioativo – fósforo, plutônio, urânio, entre outros – proibidas por várias convenções internacionais.

Alguns pequenos foguetes de fabricação quase artesanal, que na grande maioria dos lançamentos sequer conseguem atingir o alvo e quando o fazem não causam mais do que danos materiais leves são o argumento para esse genocídio – já que as maiores vítimas estão sempre entre a população civil. Entre o povo de Gaza esses foguetes são vistos apenas como um sinal simbólico de resistência e desempenham um papel psicológico de elemento de coesão e integração em tempos de grandes sacrifícios.

Essa postura belicosa de um estado tão poderoso – detentor, segundo o ex-presidente Jimmy Carter de 500 ogivas nucleares – ocorre num mundo que sofreu grandes transformações desde a queda da União Soviética e o início da globalização neoliberal, onde a proposta de uma Nova Ordem Mundial resultou num curto período de tempo em uma grande desordem planetária.

O antigo equilíbrio militar de forças entre os Estados Unidos e a União Soviética obrigava a Organização das Nações Unidas (ONU) a desempenhar um papel de fórum permanente de debates e de poder moderador dos conflitos. É certo que a ONU mantém atualmente um número considerável de forças destinadas a manter a paz em diversas regiões do mundo mas todos sabemos que na maioria dos casos – como no episódio da triste participação brasileira no Haiti – essas tropas não são mais do que o exercício de um poder colonial. Recentemente, desde a invasão da Iugoslávia, desfechada sob a bandeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN,) e o ataque ao Iraque, desencadeado sem a autorização do Conselho de Segurança, ficou patente para todos que a ONU é uma instituição completamente desmoralizada.

No caso específico de Israel, o desconhecimento e as violações às resoluções da ONU vêm desde a década de 40 do século passado e tiveram início já com a determinação de criação do Estado Palestino, até hoje ainda não concretizada.

Não custa lembrar que o fracasso da Liga das Nações levou à Segunda Guerra Mundial, na qual o povo judeu foi um protagonista importante como vítima, e a lição que se extrai do episódio é que a falência de uma organização internacional capaz de regular os diferentes conflitos pode, especialmente em períodos de crise econômica, levar a uma conflagração mundial.

Existe também a hipótese de que o ataque de Israel à Gaza pode estar sendo estimulado pelos Estados Unidos e a Inglaterra, a atual e a antiga potência colonial da região, países que estão no momento mergulhados em uma profunda derrocada política, militar e moral no Iraque, depois de uma invasão malsucedida realizada sob pretextos que depois provaram ser falsos mas que não conseguiram dissimular o real propósito de se apoderar dos recursos energéticos do país árabe, o que reviveu em pleno século 21 o espectro das antigas guerras coloniais de conquista e pilhagem. Esse objetivo até agora não se consolidou plenamente e parece difícil de ser alcançado.

Quase seis anos depois da invasão, foi preciso que o primeiro-ministro iraquiano pedisse o consentimento dos aiatolás do Irã, país que os Estados Unidos consideram talvez como o seu maior inimigo, para a assinatura de um acordo militar que não concede aos americanos mais do que apenas três anos de permanência no país. Muitos supõem que após esta data o Iraque, flagelado por uma guerra que já provocou mais de um milhão e meio de mortos e quatro milhões de refugiados, não terá forças para se reerguer por si só e provavelmente sofrerá grande influência do Irã, com o qual possui importantes afinidades culturais e religiosas. Talvez pensando nisso, a estratégia dos Estados Unidos e de Israel tem consistido em demonizar o Irã, embora esse último país não venha adotando práticas genocidas contra outras nações como seus adversários o têm feito em relação ao Afeganistão, ao Iraque e à Palestina.

Com a perspectiva de obter uma esmagadora vitória militar contra o partido Hamas, no poder em Gaza, e sua população já debilitada por um regime de prolongado apartheid, desprovida de equipamento bélico para combater um adversário tão bem armado e com sua infraestrutura civil – habitação, luz, água, estradas, hospitais, escolas, etc. – já profundamente comprometida, o Estado de Israel poderá estar agora prestando um serviço aos patrocinadores

de sua existência, ao impor mais uma humilhação a um povo islâmico. De outra parte, como o Irã e a Síria parecem ser agora – depois da derrubada de Saddam Hussein – os únicos países que ainda apóiam a causa palestina, Israel estaria também provocando o seu adversário na região para que se envolva no conflito, o que ampliaria a escalada militar e criaria assim mais uma justificativa para o bombardeio nuclear do Irã, ação que tem sido proposta várias vezes, inclusive pela futura secretária de Estado americana, Hillary Clinton.

Provavelmente nesse caso o projeto não será bem-sucedido mas seria conveniente lembrar que nas últimas ocasiões em que enfrentou a milícia Hezbollah – apoiada pelo Irã – o poderoso exército israelense foi derrotado, sendo inclusive obrigado a se retirar de uma zona de segurança que criou no sul do Líbano após o conflito dos anos 80.

De todo esse horrendo episódio, algumas conclusões podem ser extraídas:

1. O ataque do Estado de Israel à população palestina de Gaza não difere muito em sua natureza racista dos antigos pogroms de que o povo judeu foi vítima no passado; no entanto, sua intensidade letal e capacidade de extermínio são incomparavelmente superiores.
2. A omissão ou conivência das principais potências mundiais – Estados Unidos, Inglaterra, Japão, entre outras – projeta um espectro sombrio para a humanidade, já que permite que o total desrespeito aos mais elementares direitos humanos e os mais bárbaros crimes de guerra possam ser praticados sem nenhuma punição.
3. A aprovação da União Europeia à invasão por meio da palavra do seu presidente pro tempore, o sinistro Vaclav Havel, contra a opinião de grande parte da população da região, prenuncia um futuro incerto para a Fortaleza Europa – como tem sido chamada – já bastante fragilizada por políticas econômicas oligopolistas, práticas autoritárias de governo e posturas claramente racistas, que começam a ser violentamente repudiadas no interior dos próprios países membros.
4. A brutalidade de Israel pode na verdade se constituir numa política de grandes riscos no curto prazo e de fracasso no médio e longo prazo porque – mesmo que consiga dominar por completo o território de Gaza – o que talvez somente possa ser obtido com a total eliminação de todos os palestinos e muitos suspeitam que esse é o desejo recôndito de Bibi Netanyahu, o candidato favorito nas pesquisas – se isso não ocorrer, certamente os judeus da região terão muitos problemas com seus vizinhos no futuro. Alguns

historiadores chegam inclusive a admitir a possibilidade de desaparecimento do Estado de Israel, país que é uma verdadeira anomalia no mundo moderno por possuir ao mesmo tempo as características de um Estado (a forma jurídica), uma religião (o judaísmo) e uma etnia (semita). Nos últimos anos, dado o extremo paroxismo que tem cercado esse país e a crescente militarização de sua sociedade, muitos rabinos de grande respeitabilidade têm questionado abertamente a existência de Israel, argumentando ser a natureza desse Estado contrária à doutrina Talmúdica, por sua característica sionista e claramente totalitária e racista. País hoje dominado por políticos antiquados e corruptos como Ariel Sharon (até pouco tempo), Ehud Olmert, Shimon Peres e Ehud Barak, chamados com frequência de nazi-sionistas, Israel parece estar sendo levado a um ponto quase sem retorno.

5. Por último mas com grande importância para o Brasil, fica a lição de que guerras coloniais de conquista como esta podem também vir a ocorrer em nosso território. Agressões brutais e assimétricas, como as que estão acontecendo no momento, lembram a necessidade que temos de preservar o nosso território e as riquezas naturais que possuímos, especialmente na região mais vulnerável da Amazônia. O fortalecimento da Colômbia, um país hoje montado nos mesmos moldes de Israel para atuar como um estado títere a serviço dos interesses coloniais dos Estados Unidos na América Latina sugere – a partir de alguns fatos já ocorridos no passado – que tais guerras poderão se repetir no futuro em nosso espaço territorial. Aqui, como no Oriente Médio, o pretexto pode ser o mais banal possível, como a ação contra grupos armados adversários, que certamente tentará camuflar o desejo de se apossar de uma região cujos recursos são vitais para a humanidade.

Com a falência financeira e moral dos Estados Unidos e de seus aliados imperiais, a América Latina começa a perceber que o seu sistema de referência não está mais no exterior, em valores culturais e espirituais que nos são completamente estranhos, mas sim no seu próprio interior, no seu coração mesmo. No imaginário dos brasileiros, pelo fabulesco e a carga de mitologia que envolve, esse coração estará sempre ligado à região amazônica, onde será possível criar – se ainda formos capazes de preservá-la – um novo modelo de civilização no futuro.

Que o exemplo de resistência do povo palestino possa nos iluminar e impedir que tomemos o caminho da brutalidade do Estado de Israel.

*Sérvulo Siqueira*